REQUERIMENTO N^{Ω} , DE 2017 (Do Sr. VALADARES FILHO)

Requer a realização de audiência pública para debater captação irregular de água no Eixo Leste do Projeto de Integração do Rio São Francisco.

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no art. 58, § 2°, da Constituição Federal e no art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que, ouvido o plenário, seja realizada reunião de audiência pública para captação irregular de água no Eixo Leste do Projeto de Integração do Rio São Francisco.

JUSTIFICAÇÃO

Foi constatado que há diversos pontos de captação irregular de água no Eixo Leste do Projeto de Integração do Rio São Francisco. Tais desvios, cujo volume é superior ao utilizado para abastecer Campina Grande e outras 19 cidades paraibanas, são utilizados para irrigação de plantações. A constatação é de uma fiscalização conjunta, o Ministério Público do Estado da Paraíba (MPPB) e o Ministério da Integração Nacional.

Essa fiscalização conjunta foi realizada no dia 31 de julho, motivada pela diferença entre o volume de água que passava por Monteiro (PB), que é o primeiro ponto do canal do Eixo Leste em solo paraibano, e a quantidade que chegava até o Açude do Boqueirão. A questão se torna mais grave à medida que, atualmente o nível de Boqueirão está em cerca de 7%.

Segundo o Ministério da Integração Nacional, tais ligações não autorizadas, já desviaram aproximadamente 20 milhões de metros cúbicos de água nos últimos dois meses e meio.

Esse uso é inadequado porque, de acordo com o Ministério da Integração Nacional, a prioridade de uso da água é para o abastecimento humano e animal, conforme outorga da Agência Nacional de Águas (ANA). Além disso, a região sofre uma crise hídrica grave, ligada à estiagem que está em seu sexto ano consecutivo.

Esse uso indevido da água tem impacto direto no cronograma de racionamento das cidades paraibanas, o que coloca em risco a segurança hídrica da população paraibana.

Por se tratar de temas diretamente relacionados à Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, solicitamos a realização da audiência pública que, oportunamente, convidará as autoridades federais e estaduais, bem como instituições da sociedade civil interessadas na questão.

Sala das Comissões,

de agosto de 2017.

Deputado **VALADARES FILHO**PSB-SE